

Crise pode ajudar a melhorar eficiência do sistema judicial

■ O sociólogo Boaventura Sousa Santos considerou ontem que a crise pode constituir uma oportunidade para melhorar a eficiência e a qualidade do sistema judicial.

«Desde que haja vontade política, a crise pode ser uma oportunidade para melhorar a Justiça e ser o pontapé de saída de reformas da própria cultura judiciária dominante», afirmou o catedrático da Universidade de Coimbra.

Boaventura Sousa Santos intervinha no seminário "Tribunais, excelência e confiança social", que decorreu ontem em Coimbra por iniciativa do Centro de Estudos Sociais/Observatório Permanente da Justiça (CES/OPJ), de que é director.

«Se vai haver convulsão social e alguma turbulência em consequência da crise, temos de ter

instituições fortes», sublinhou o catedrático em declarações à agência Lusa, à margem do seminário, que se realizou durante toda a tarde no CES, com a participação de Pim Albers, Alto Membro da Comissão Europeia para a Eficiência da Justiça (CEPEJ) do Conselho da Europa.

Na sua perspectiva, essas reformas devem envolver não só o Ministério da Justiça mas também «todos os profissionais, as suas organizações e os conselhos».

«Vivemos na Europa e no mundo uma profunda crise financeira, económica, ambiental e energética, cuja dimensão ainda não conhecemos», afirmou o director do CES ao intervir na abertura do seminário.

Durante os trabalhos, Pim Albers afirmou que estudos europeus indicam que, em Portugal, a

confiança dos cidadãos nos tribunais é baixa, tendo avançado também a conclusão de que existe um número elevado de tribunais.

António Cluny, presidente do Sindicato dos Magistrados do Magistério Público, outro dos oradores no seminário, considerou que alguns dos dados avançados por Pim Albers são «contraditórios» e defendeu «um aprofundamento maior».

«Temos de responder a esta pergunta: Queremos tribunais para quê e para quem? E depois encontrar soluções de excelência para esses objectivos», sustentou o magistrado.

«O que pode contribuir para a desconfiança dos cidadãos é a hipermediatização de alguns casos mais gritantes e as promessas de grandes intervenções em casos de corrupção e depois a frustração ao nível dos resultados práticos», declarou, durante o debate, o juiz-desembargador João Ataíde das Neves.

Aguiar Pereira, director-

adjunto do Centro de Estudos Judiciários (CEJ), sustentou, na sua intervenção, que «uma Justiça de qualidade é uma exigência cívica de todos os cidadãos e deve ser um compromisso claro de todos os que a administram».

«Tribunais de excelência e uma Justiça de qualidade têm de ser uma tarefa colectiva e é uma batalha com várias frentes de combate, uma delas a formação», adiantou, ao salientar o contributo do CEJ neste domínio.

Especialistas, operadores e agentes judiciários e representantes das várias classes do meio judicial participaram no seminário, cujo debate foi moderado pelo investigador António Casimiro Ferreira.

Durante a sessão de abertura, Boaventura de Sousa Santos anunciou que o Observatório Permanente da Justiça foi escolhido pelo Governo brasileiro para dar assessoria técnica à criação da estrutura congénere neste país lusófono. ■